

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO: NECESSIDADE DE UMA NOVA GESTÃO ESCOLAR

Sâmia Pedroza

Universidade Estácio de Sá
samia.pedroza@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo interligar a evolução histórica da educação com o processo de administração escolar. Ambos se desenvolvem concomitantemente. A administração escolar se transforma e cabe ao administrador, agora também conhecido como gestor escolar, adequar às instituições escolares de forma que atendam as exigências impostas pela sociedade. Portanto, o profissional da educação requer uma nova adaptação, porém sabe-se da falha dos cursos de formação destes profissionais.

Palavras-chave: educação; administração escolar; gestor educacional; formação continuada.

INTRODUÇÃO

A educação é discutida como tema complexo e é assunto de muitos estudos atuais. Autores como Oliveira (2005), Sander (2007), Gadotti (2000), Dourado (2007), Gatti (1996), dentre outros, discutem a educação e seu processo de evolução nos últimos anos.

As transformações sociais, a globalização, as mudanças e progressos tecnológicos estão entre as principais causas da evolução e transformação do setor educacional brasileiro. Nesse contexto, o tema principal, a educação, passa a ter a necessidade de mudanças para adequar-se às demandas da sociedade contemporânea visando atender seus objetivos e expectativas educacionais e de mercado de trabalho. Tais mudanças interferem tanto no conceito de educação quanto no que se refere ao tipo de administração e gestão escolar, foco deste trabalho.

Esse processo, que a evolução da educação envolve, desencadeia na transformação no trabalho dos profissionais das instituições escolares, os quais a cada momento se deparam com novas situações vindas da sociedade evolutiva.

Como a educação desenvolveu de acordo com as necessidades sociais, objetivando atender as demandas de cada época, o interior das instituições escolares também careceu de mudanças exigindo, portanto, um novo foco de trabalho dos diretores escolares e do seu grupo docente.

Neste texto, compartilharemos com a ideia de Sander (2007), considerando como sinônimos os conceitos de administração e de gestão escolar e entenderemos como profissional da educação, o pedagogo. Ele é quem tem formação para exercer as principais funções das instituições escolares podendo trabalhar nos diversos níveis de ensino e no setor administrativo, atuando, principalmente, como gestor escolar. Cabe ressaltar que, o pedagogo pode atuar em outras áreas e que também, como afirmam Libâneo (2008), Trilla (2003) e Oliveira (2009), muitos desses profissionais, mesmo formados, encontram dificuldades para atender as exigências impostas pela sociedade contemporânea.

O objetivo deste texto é integrar a evolução da educação ao processo de transformação da sociedade considerando que o desenvolvimento educacional engloba fatores como os de mudança na administração escolar e do corpo docente. E a partir daí, verificar a necessidade de uma nova visão do administrador escolar e do docente, atentando para o despreparo dos profissionais da educação para com as situações encontradas nas escolas diante das exigências contemporâneas.

Para isso, faremos uma breve passagem pela história da educação, abordaremos a evolução da administração escolar, do papel do administrador, atualmente mais conhecido como gestor escolar, e destacaremos sua função e a necessidade de reformas do seu curso de capacitação.

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A história da educação brasileira é dividida em três fases: a) do descobrimento até 1930, b) dos anos 1930 a 1964 e c) o período pós-64 fase que perdurou até 1985. Após este ano, começa uma nova transição que perpassa pela atualidade e revela o mau desempenho do setor educacional do país. (GADOTTI, 2000).

A primeira fase se enquadra em um período de educação tradicional, religiosa, voltada para o adulto e para a autoridade do professor. No período de 1549 a 1759 prevalece a Educação jesuíta. Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, a prioridade era com a formação das elites governantes e dos quadros militares. Em 1827, ainda priorizando a elite, foram construídas duas faculdades de direito (Recife e São Paulo) para que os formandos assumissem os cargos principais de administração pública, na política e também no jornalismo e na advocacia.

No período da 1ª República, (1889-1930), baseado nos pensamentos liberais, os governos contestavam o modelo educacional imperial. Várias escolas normais de formação de professoras foram criadas na tentativa de solucionar o problema do analfabetismo que já era grande. A primeira fase da história da educação foi marcada por novos movimentos educacionais que buscavam melhorias nos níveis de escolaridade, porém a educação ainda não tinha tanta importância para a sociedade sendo um recurso apenas para a classe alta.

A segunda fase é marcada pelo confronto entre o ensino público e o privado que, com o surgimento da escola nova, influem as ideias liberais na educação, contrariando a educação tradicional. A tentativa de melhorar o desenvolvimento educacional não é recente.

Após a Revolução de 1930, período de contribuições para o ramo educacional, devido a criação do Ministério da Educação e a criação do capítulo da educação na constituição de 1934, outras medidas foram tomadas e alteradas: Constituição de 1937, de 1946, 1º projeto de lei de 1948, LDB 1961, Decreto-Lei nº 477 (1969), MOBREAL (Movimento Brasil de Alfabetização) em 1970, dentre outras. Todas estas medidas foram elaboradas e modificadas para adequar o ensino ao padrão de qualidade esperado, visando a diminuição do analfabetismo e a garantia da educação para todos.

Embora este período, após 1930, tenha havido oportunidades educacionais, “a qualidade do ensino deteriorou-se profundamente, e os índices de evasão, sobretudo de repetência, tornaram-se alarmantes” (GADOTTI, 2000, p.28). Período este também marcado pela interação do Estado com a sociedade pelo interesse de compromissos eleitorais.

A última fase da história da educação, demarcada pelo período pós-64, inicia-se por uma extensa etapa de educação autoritária do período militar em que o tecnicismo educacional prevalece.

Após os anos de 1985, surge uma transição que permanece até a atualidade definindo o mau desenvolvimento do país no que se refere ao termo “educação para todos”. Em 1988, foi criada a Constituição Federal, a qual declara a educação como um direito de todos, como um dever do Estado e da família. Ela visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. (GADOTTI, 2000, p.28). Nesse momento, a prioridade educacional era a tentativa de solucionar o atraso referente à educação brasileira vindo desde os anos de 1960.

Depois da Constituição Federal, algumas tentativas ocorreram visando solucionar esse problema, porém, não obtiveram êxito. Dentre elas estão: o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) em 1990, e o Plano Nacional de Educação para todos, em 1994, a nova LDB que complementava os princípios da Constituição de 1988, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, mais recentemente, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Tais tentativas que não resolveram os problemas de atraso educacional no Brasil e foram elaboradas devido à evolução do processo educativo. E esta situação persiste até os dias atuais.

Todo esse processo de evolução da educação não acontece sozinho. Junto com ela, muda o processo de atuação do governo no setor educacional e também dos profissionais da educação, ao terem que mudar seu foco e método de trabalho no interior das instituições escolares visando atender as exigências sociais.

A EVOLUÇÃO NO PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Assim como a educação teve todo um processo histórico, com a administração escolar não foi diferente. Afinal, as instituições escolares dependiam dela para trabalhar de acordo com o que a sociedade exigia em cada etapa de evolução. E os administradores, e atualmente gestores educacionais, tiveram seus momentos de mudanças no trabalho dentro das unidades escolares de forma que atendessem as expectativas da sociedade.

Sander (2007) observa que em cada período histórico houve uma forma de administração escolar e subdivide-os da seguinte forma: O primeiro refere-se à administração no período colonial, a qual fora baseada no direito romano. O segundo, Era Republicana, se divide em quatro fases. São elas: fase organizacional, comportamental, desenvolvimentista e sociocultural. Cada uma correspondente a um modelo específico de gestão da educação definido de acordo

com cada época. Cabia, portanto, aos educadores, se adaptarem aos períodos e gerirem as instituições escolares de forma que atendessem às necessidades do momento.

Nas décadas de 70 e 80, o sistema escolar foi marcado pelo centralismo, autoritarismo e estruturas burocráticas padrões. A unidade escolar era organizada de “fora para dentro”. Conforme Mello (1993) o poder de decisão da equipe escolar, nesta época, era praticamente inexistente sobre seus objetivos e até sobre a estrutura e organização pedagógica e de equipe escolar.

Após esta era republicana, é proposto, por Sander (2007), um novo paradigma da educação: o paradigma multidimensional. Este é repleto de características e tem o objetivo de atender as necessidades da escola que, com as mudanças da sociedade, passa a evoluir gradativamente exigindo outros meios do processo administrativo. Com esta proposta, Sander (2007) tem como finalidade elaborar uma nova síntese teórica da administração da educação baseando-se numa visão simultânea dos atos e fatos administrativos.

Os anos 90 são caracterizados por grandes mudanças na área educacional. Devido à grande transformação do mercado com o capitalismo e a era da Globalização, a educação precisaria acompanhar esta evolução de modo que se ajustasse ao desenvolvimento de mercado do país. Rodriguez, (2004, p. 18), define como necessário: “um processo de transformação educativa que responde especialmente as demandas dos setores produtivos – preparar os sujeitos para o mundo do trabalho-...”

Em 1990, o processo de descentralização se expande e as políticas de qualidade educativa ganham força. Nesse momento, a equipe escolar, para que a descentralização funcione de forma positiva, deve permanecer atenta e unida no processo de prestação dos serviços sociais. Por isso, a importância de uma liderança forte e cooperativa por parte do diretor e de seus funcionários.

Com a adoção de novas políticas pelo governo, visando urgentemente a reforma educacional, a descentralização surge e grande parte das responsabilidades para com a educação passa da União para os estados e municípios reduzindo o papel social do Estado. Em geral, o objetivo em comum das reformas eram as alterações na gestão e no funcionamento dos sistemas educativos. (RODRIGUÉZ, 2004).

No final dos anos 90, começara um período repleto de transformações no setor educacional. Como foco principal, a gestão educacional fora observada, de forma minuciosa, na esperança de haver transformações positivas especialmente no nível da educação básica quando adotadas as propostas de uma gestão democrática.

O paradigma multidimensional, sugerido por Sander (2007) teve seu início em 1980 e foi reconstruído ao longo dos anos. A nova proposta tem caráter global, heurístico e multiparadigmático que explora as potencialidades extraídas de distintos modelos para estudar e resolver os problemas específicos de organização e gestão da educação. Além disso, resulta da síntese superadora dos quatro modelos da era republicana e é constituída por quatro dimensões simultâneas: econômica, pedagógica, política e cultural.

Podemos afirmar, segundo autor (Idem, p. 42), que esse paradigma rompe com as visões reducionistas e fragmentadas da administração educacional sendo vista com característica de

totalidade. Para ele, administrar uma instituição de ensino requer uma visão de totalidade e o aluno deve ser visto como o sujeito mais importante nesse processo.

A mudança de concepção de escola e implicações quanto à gestão alteram as limitações do modelo estático de escola e de sua direção. A transição de um modelo estático para um paradigma dinâmico, a descentralização, a democratização da gestão escolar, a construção da autonomia da escola, e a formação de gestores escolares são fatores que evoluíram com as reformas educacionais brasileiras. Essa transição de paradigmas, do estático para o dinâmico “é marcada por uma forte tendência a adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais” (SANDER 2007, p.32).

Diante disso, a escola passa a ser vista como uma instituição complexa a qual os problemas enfrentados não fazem parte apenas do sistema escolar como também são advindos de uma sociedade diversificada e que atualmente não tem opiniões formadas sobre a educação realmente necessária para os cidadãos. Sendo assim, a forma de gestão deve se adaptar aos problemas cotidianos vindos da sociedade para as instituições escolares. Oliveira; Fonseca (s/d) entendem a gestão especialmente como um conjunto de intervenções, medidas, com o objetivo de mudar alguns aspectos da prática pedagógica e reconhecem as dificuldades encontradas para manterem em evolução ou desenvolvimento as mudanças necessárias na gestão educacional. Daí a importância atual gestor em educação nas instituições de ensino como sendo ele o responsável pelo progresso da educação brasileira, devendo estar preparado para lidar com os problemas atuais da educação escolar.

PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

Nos últimos anos, a gestão escolar tem sido alvo de muita discussão. Com a reforma educacional na década de 90, a gestão, a descentralização e a autonomia escolar ganharam força e se desenvolveram nos últimos anos mudando o setor escolar brasileiro.

Com as reformas do Estado em 1990 e a mudança das políticas públicas educacionais, novos desafios se apresentaram na educação o que exigiu, e ainda exige, um papel de maior responsabilidade para o gestor escolar.

O gestor escolar tem papel fundamental para a instituição de ensino. Ele é líder de uma grande equipe e deve estar preparado para lidar com as mais diversas situações escolares sabendo distribuir suas tarefas e coordenar seus funcionários de forma harmoniosa para que a equipe possa trocar experiências e trabalhar coletivamente na busca de maior sucesso no trabalho.

Aglae (2000, p.104) descreve o bom gestor escolar como aquele que:

se articula com o desenvolvimento de capacidades para o desempenho de determinados papéis profissionais, contextualizados no projeto institucional e na concepção de gestão e de profissionalização presentes na política educacional.

O gestor, para trabalhar com êxito, deve ter olhar crítico e amplo de forma que possa cuidar do estabelecimento de ensino por completo.

Para que esse processo aconteça, cada escola deve ter um grupo que, com visão de fora para dentro da escola, destaque quais os principais obstáculos para o sucesso do desempenho de seus alunos. É imprescindível, no entanto o trabalho de um gestor educacional. Este, utilizando toda sua experiência, procurará fazer um trabalho que dignifique e atenda o objetivo dos estudantes e de forma simples, deverá organizar uma equipe confiável para que o ajude a fazer um produtivo trabalho.

Na busca de priorizar atender sua comunidade, o gestor educacional deve fazer valer a gestão democrática onde a comunidade pode participar de decisões e produções da escola que a atende. Junto com os pais de alunos, os estudantes, professores e demais funcionários da escola, o gestor deve pontuar e destacar as principais idéias e carências do círculo comunitário em questão.

Cabe ao gestor ter uma visão ampla, considerar o contexto histórico da comunidade que frequenta sua escola e saber distinguir suas principais deficiências e com sua equipe procurar atendê-las de forma que assim, diminua, além de outras coisas, a evasão escolar e incentive a permanência dos alunos na escola, conscientizando-os de quão necessário é a educação para a formação dos mesmos como cidadãos críticos.

Dessa forma, conhecendo seu público e a realidade dos seus componentes e buscando a gestão democrática, o gestor poderá organizar e dirigir ações para um processo de mudança adequado com o contexto da sociedade facilitando a resolução das dificuldades de forma coletiva.

Devido ser um trabalho de responsabilidade e também um exercício que compreende a abrangência de vários setores escolares, este profissional deve contar com sua equipe de funcionários. Para isso, o gestor deve escolher com cautela os membros que a compõe e entre eles o entrosamento deve ser mútuo. Só assim, o trabalho em equipe tende a somar no contexto escolar.

Segundo Schultz (s/d, p.7), o gestor deve agir, apoiado de um projeto político pedagógico adequado, visando executar a gestão democrática, na qual todos possam intervir e participar de forma produtiva para a instituição escolar, ou seja, “ suas ações devem adotar as relevâncias sociais conduzindo-os à experiência democrática”. Com esse processo, é possível que a escola caminhe na busca de sua autonomia e passe a assumir suas decisões financeiras e pedagógicas.

Ao mesmo tempo que se busca a gestão democrática, todo o processo deve ser cuidado, principalmente, no que se refere às inovações. Todo gestor, diante das mudanças sociais decorrentes do mercado capitalista quer atuar de modo a reformular a gestão anterior da escola. Nesse sentido, a inovação pode ser sinônima de mudanças, porém “sustenta caráter de confronto e resistência à mudança, o que dificultará sobremaneira os novos modos de atuação no ambiente escolar” (SCHULTZ, s/d, p.5).

É ao cuidar para que a inovação não atrapalhe o processo de gestão que o diretor deve agir buscando não só a transformação escolar como também deve vislumbrar o desenvolvimento

da mesma desempenhando a função de catalisador fazendo por onde conhecer as condições e os sujeitos que rodam o ambiente escolar como o contexto social de seus alunos.

Em geral, o diretor escolar tem um papel fundamental para o bom desenvolvimento da instituição já que Schultz (s/d, p. 4). o considera como “o líder e o gestor que atua interagindo sua equipe, discutindo os objetivos e as diretrizes pelos quais vão se orientar em sua prática cotidiana.” No entanto, a gestão junto com a inovação são processos que exigem atuação em conjunto com um bom gestor. São processos complexos que podem ser considerados consolidados quando: a) há comunicação entre o planejador e os demais profissionais que estão atuando no processo inovador e que os mesmo estejam integrados ao processo, b) o todo tipo de informação seja facilitado, c) os processos são bem recebidos visando mudanças e isso se dá de forma contínua, d) principalmente, quando o gestor cuida na divisão das tarefas e por fim, e) quando o sistema de inovação busca ter como característica um processo contínuo.

Em geral, é pelo processo de inovação e mudanças que o gestor encontra a principal dificuldade diante da resistência encontrada nos grupos dos profissionais em uma escola. Assim, é importante a necessidade de tornar a escola mais flexível na receptividade de novas tarefas.

PROBLEMA ATUAL DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

Um novo modelo de gestão implantado, no setor educacional a partir da reforma educacional, da Constituição de 1988 e da LDB nº9394/96. Estes fatores deram destaque a descentralização, a flexibilidade e a gestão democrática que são as principais características desse novo modelo que permeiam o processo de elaboração das políticas públicas.

Oliveira (2009) destaca essa mudança no trabalho docente. De acordo com a autora, o trabalho dos profissionais da educação, gestores e professores, foi intensificado e as reformas educacionais são precárias, visto que não atendem e tampouco solucionam os problemas encontrados no setor educacional.

Estas reformas são marcadas por um modelo padrão de processos administrativos e pedagógicos que possibilitam baixar custos e redefinir gastos nas instituições escolares. O novo modelo de gestão adotado com o processo das reformas educacionais atrelou um peso maior no papel dos professores.

Atualmente, são discutidas as funções dos profissionais da educação e do papel da escola no contexto da gestão democrática. Segundo Oliveira (2009), os educadores são obrigados a desenvolver funções as quais não pertencem a sua carreira profissional e, além disso, com a sociedade mais complexa e carregada de divergências econômicas e culturais passa o trabalho dos profissionais ser ainda mais denso.

Quanto à intensificação do trabalho docente, Oliveira (2010. p.213) afirma que:

os professores que trabalham em escolas públicas costumam assumir mais de uma jornada de trabalho como docente em diferentes estabelecimentos [...] por necessidade de complementação de renda.

Dessa forma, os profissionais não conseguem se dedicar devidamente a cada grupo específico das escolas como deveria ser para o bom desenvolvimento de trabalho. Outro problema que merece destaque na carreira docente é a questão de que os profissionais da educação não têm condições de atenderem as demandas da sociedade contemporânea. A evolução da sociedade acarreta novas exigências que esses profissionais se vêem forçados a responder. Sendo apresentadas como novidade ou inovação, tais exigências são tomadas pelos docentes muitas vezes como naturais e indispensáveis.

Referente à questão da precarização do trabalho docente, também é destacado, no texto, um índice que, hoje, é considerável e comum no espaço educacional.

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino [...] o arrocho salarial, ausência de piso salarial, inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2009, p.4).

Os fatores destacados, sobre a intensificação do trabalho docente e a precarização, pela autora, resumem-se como os principais no quadro de precariedade do magistério.

Além desses fatores, referentes à intensificação do trabalho dos docentes, Machado (2000) nos apresenta a proporção do assunto de formação dos gestores escolares e enfatiza a importância do treinamento desses profissionais, revelando a necessidade de adequar os cursos, aos gestores destinados aos desafios atuais apresentados pelo setor educacional

O setor educacional, segundo fontes como IBGE, SAEB, ambos de 2009, atualmente não apresenta um índice positivo de desenvolvimento e nem de qualidade educacional. Isso se fundamenta quando são observados: a taxa elevada do analfabetismo no país, que atinge 9,7% da população, o número de crianças fora da escola (cerca de 3 milhões), a estatística de estudantes repetentes, etc.

Nesse contexto, torna-se ainda mais imprescindível a formação de qualidade do profissional da educação que deve estar capacitado para lidar com os desafios impostos pela situação do setor educacional.

Machado (2000), em seu artigo, afirma, embasada nos estudos por ela selecionados, que a principal e mais frequente crítica na educação é a referente à qualificação do professor e à motivação do mesmo. Entendemos que são os profissionais da educação os responsáveis pelo desenvolvimento da escola e, principalmente, dos estudantes.

Completando esta ideia, Gatti (1996) revela que o magistério nunca teve atenção de forma que interferisse na qualidade da educação e na profissionalização dos mestres e que os professores sempre trabalharam de forma precária e com baixos salários. Com o parêntese feito pela autora, podemos resumir a importância que o professor e sua formação têm para o setor educacional, já que este, quando bem formado e motivado pelo trabalho, pode mudar o progresso da instituição escolar e o desempenho de seus alunos.

Machado (2000) articula a boa formação do profissional da educação e a habilidade e preparo do mesmo, para enfrentar as situações atuais vindas do sistema educacional brasileiro, com a possibilidade de melhorias de qualidade de ensino. Como dois principais desafios do sistema educacional, de acordo com a autora, podemos apontar a liquidação da dívida social com a população de uma educação de qualidade e o atendimento das novas exigências de formação de cidadania devido a mudanças econômicas, políticas e tecnológicas das últimas décadas.

Na tentativa de suprir tais desafios, o governo e a sociedade civil precisaram se unir ao objetivo em comum, elaborando ações, projetos e recursos necessários e específicos para o setor educacional. Assim, é necessário lembrar de que todo projeto de capacitação de profissionais atuantes em unidades escolares, devem partir do contexto real de sua sociedade, de modo que os projetos internos das escolas sejam entrosados com o cotidiano da comunidade, pois, “a qualidade educativa, a cultura do sucesso, a eficácia da gestão e o projeto pedagógico são construídos no dia a dia, no processo de aprendizagem em equipe, compartilhando objetivos e resultados” (MACHADO, 2000, p.98). O trabalho em equipe na escola, a troca de experiências entre os profissionais e a integração do grupo pode favorecer positivamente da elaboração e implementação dos projetos da instituição de ensino.

Ainda sobre esse assunto, Machado (2000) ressalta a importância da formação continuada e em serviço na busca de qualidade e na adequação dessa formação as novas demandas impostas pela gestão educacional e as lideranças das instituições escolares. E condena o fato de que as ofertas de formação atualmente existentes ainda são tradicionais e assistemáticas ficando distante da construção de um projeto educativo de escola, bem como do cotidiano dos profissionais.

A formação continuada e em serviço possibilita o profissional de realizar suas tarefas integrando-as com os conceitos aprendidos durante o período de curso. Dessa forma, o profissional irá articular seus conhecimentos com as situações concretas e com o aprendizado do estudante e facilitará o desenvolvimento de suas habilidades e competências como profissional da educação.

CONCLUSÃO

Junto com a evolução da sociedade, acontece a da educação e também do processo de administração escolar. A transformação da sociedade, junto com as consequências da globalização, da economia e por fim, da evolução tecnológica, trouxeram algumas mudanças, como já vimos para o setor educacional acarretando, também, alterações no trabalho dos educadores quando estes têm de se adaptar as exigências do mundo social.

A educação e administração escolar não são temas de discussão recente. Desde os anos 60 são objetos de muitos estudos e pesquisas. É comum encontrarmos nos textos referentes à questão de uma nova era para o setor educacional, conceitos de que, agora é necessária uma “nova escola” para que os cidadãos sejam formados de forma a exercer seu papel crítico e de luta por seus direitos sociais. Logo se percebe que a escola, obviamente, com o passar do tempo, teve que se adaptar e se transformar para atender a sociedade contemporânea. De fato,

a economia, o mercado, as necessidades, tudo tende a mudar, de forma que nada é estático e estável diante de um mundo revolucionário.

O setor educacional assim como outros setores que formam países e estados, evoluiu, sendo que no Brasil, como relatam pesquisas do SAEB, IBGE (2008, 2009), por exemplo, a educação encontra-se em estado precário e necessita de atenção. Apesar de, nos dias atuais, o governo investir no setor educacional e usar medidas que tentam resolver o atraso do país, a solução do problema no sistema de ensino brasileiro ainda é um desafio.

A evolução do mercado de trabalho também trouxe várias transformações para a esfera educacional. Hoje, o currículo educacional dos cidadãos é o mais pedido e avaliado para o ingresso nos mais almejados cargos de trabalho. No entanto, a educação sempre teve que se adequar às exigências da sociedade conforme sua evolução.

Diante de um novo mundo capitalista e com a disputa de mercado mais acirrada, os indivíduos vêm se conscientizando da importância da educação. Porém, os que se encaixam em uma situação socialmente desfavorecida, encontram dificuldades de ingresso nas escolas ou faculdades, logo, são prejudicados quanto ao vínculo empregatício.

Vale ressaltar que a população excluída do sistema de ensino ainda é fator preocupante na educação brasileira, pois, segundo Machado (2000), o Brasil apresenta taxas escolares inferiores as dos países desenvolvidos da América Latina, por exemplo. Anísio Teixeira, em 1961, já definia a educação no Brasil como privilégio de poucos devido à distribuição de renda injusta e a precariedade de vida de alguns brasileiros. Junto a este quadro, destaca-se ainda, o pouco caso dos governantes para com o setor educacional.

Diante de tamanha importância, a educação carece ainda de bons profissionais, de bons gestores em educação. Segundo Oliveira (2009), Ney (2008), Machado (2000), o principal problema da educação é a falta de formação correta dos profissionais que atuam na área. Esses autores revelam que as péssimas condições de trabalho, incluindo salários, dificuldades encontradas nas salas de aula e etc, influenciam no trabalho do educador e trazem conseqüências ao rendimento do aluno nas escolas.

Machado (2000) relata que autores como Aguiar e Alloufa (1998) e Gatti (1996), identificaram que a diversidade de conteúdos nos cursos de pedagogia poderia ser o principal motivo da precariedade da formação dos profissionais de educação e também revelaram que os programas de especialização teriam uma forte tendência a reaplicar conteúdos do curso de graduação e por isso, enfatizam sobre a necessidade de uma criteriosa reforma nos cursos de formação e de profissionalização do magistério.

Para Ney, o que se espera dos educadores “é uma competência de nível superior e com conhecimento capaz de ajudar o desenvolvimento do aluno. Em resumo, ser qualificado.” (2008, p.169). Mas, não encontramos, nos níveis de ensino educacionais, o número esperado de docentes com nível superior. Segundo este autor, cerca de 150.000 profissionais da educação lecionam apenas com o ensino fundamental, sendo assim, o número de docentes com formação no nível superior, reduzido.

É necessária a união da sociedade com o Governo de forma que, juntos, possam trabalhar na adequação das carências atuais, visando a melhoria do desempenho educacional, focando não apenas nas políticas educacionais como também relevando a tamanha necessidade de levar em conta o trabalho dos profissionais da educação. Estes que hoje não têm formação que lhes de suporte para enfrentar as situações das instituições de ensino. Enquanto o Estado e a sociedade não se unirem com o intuito de contribuir para a superação do desafio da educação no Brasil, “continuar-se-á longe da cidadania plena do desenvolvimento com equidade” (GADOTTI, 2000, p.31).

A ideia de ter todos os docentes com nível superior, com qualificação adequada, segundo Sander (2007) e Ney (2008), ainda é um desafio para a área da educação. Este fato, os mesmo autores defendem como condição obrigatória para qualquer profissional que deseja lecionar, justificando ser a condição para um sistema de educação de qualidade. Porém, a adequação dos cursos de formação de gestores educacionais aos problemas atuais por eles encontrados no interior das instituições escolares ainda é um desafio a ser enfrentado e superado para a esperança da melhoria do setor educacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

- DOURADO, L F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas *Educ.Soc.*, Campinas, vol28, n.100 – Especial, p.921-946, out. 2007. Disponível em [HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em outubro de 2010.
- FONSECA, M.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. As tendências da gestão na atual política educacional brasileira: autonomia ou controle? In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de (Orgs) *Gestão e políticas da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 53-68.
- GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GATTI, B. A. *Diagnóstico, problematização e aspectos conceituais sobre a formação do magistério: subsídio para o delineamento de políticas na área*. Brasília: Consed/Ceiose, 1996.
- LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à formação de seus Gestores. In: *Em Aberto*, Brasília, v.17, n. 72. INEP, 2000. Fev./Jun. p. 11-33.
- MACHADO, M. A. M de. Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares. *Em aberto*, Brasília, v.17, p.97-112, fev/jun. 2000. Disponível em <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1095/996>. Acesso em 10 de outubro de 2010.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Autonomia da escola: possibilidade, limites e condições*. Brasília: MEC/ SEF, 1993a. (Série Atualidades Pedagógicas).
- NEY, A. Formação de profissionais da educação. In: *Política Educacional: organização e estruturada educação brasileira*. Rio de Janeiro: Wak. 2008. Cap. 8, p.169 - 184.

OLIVEIRA, D. A. Profissão docente e gestão democrática da educação. *Revista Extra-classe*, V. 1. p. 210-217, 2009.

OLIVEIRA, J. F. de; FONSECA, M.; TOSCHI, M. S. As tendências da gestão na atual política educacional brasileira: autonomia ou controle. In: *BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de. Gestão e políticas da educação*. 1. ed. Lamparina: DP&A, 2004. 1ª parte, p. 54 – 68.

RODRIGUÉZ, M. V. Políticas públicas e educação: a descentralização dos sistemas nacionais de ensino, análises e perspectivas. In: *BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de (Orgs) Gestão e políticas da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.17-35.

ROMANS, M.; PETRUS, A; TRILLA, J. *Profissão: educador social*. Tradução. Ernani rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANDER, B. *Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento*. Brasília: Liber Livro, 2007

SCHLESENER, A. H. *Gestão democrática da educação e formação dos conselhos escolares*. p.177-189

SCHULTZ, R. Gestão da educação: inovação e mudança. In: *Revista Política e Gestão Educacional*. UNESP, São Paulo. Ed. 5. s/d. Disponível em: www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/politgest/edi5artigoritaschultz.pdf . Acesso em: 14 de mai. 2010.

TEIXEIRA, A. Que é administração escolar? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.36, n.84, p. 84-89, 1961. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/quee.html>. Acesso em: 27 de maio de 2010.

VIEIRA, S. L. *Educação Básica: política e gestão da escola*. Fortaleza: Liber Livro, 2008, p. 19 - 30.